



GT 033. Estudos em contextos africanos: desafios, limites e perspectivas

Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília) - Coordenador/a,
Josue Tomasini Castro (Universidade de Campinas) - Coordenador/a

O emergente campo da Antropologia da África a partir do Brasil tem, nos últimos anos, atraído um conjunto de pesquisadores e questões que se manifestam em projetos de pesquisa, publicações e seminários que comecem a gerar um acúmulo de reflexões sobre o continente. A diversidade temática e geográfica é relativamente ampla, embora haja uma concentração de estudos nos e sobre os PALOP. Tal cenário torna cada vez mais premente a importância de um diálogo qualificado sobre perspectivas, oportunidades, limites e desafios de um campo que passa a tomar expressão na antropologia feita no Brasil. O GT que propomos tem por objetivo reunir diferentes trabalhos desenvolvidos em contextos africanos promovendo a continuidade de um diálogo qualificado sobre pesquisas etnográficas realizadas no e sobre o continente. Com esse objetivo, convidamos pesquisadores que abordem temáticas diversas, tais como o desenvolvimento; a cooperação internacional; fluxos locais, regionais ou globais; dinâmicas familiares e de parentesco; mobilidade e dinâmica social; gênero e sexualidade; relações sul-sul; cultura popular; concepções de cidadania, dos direitos, do Estado; dentre demais questões que, ao perpassarem os interesses de antropólogos brasileiros, respondam aos inúmeros desafios da pesquisa sobre e em contextos africanos.

Questões suscitadas por uma antropolítica do mar: o contexto cabo-verdiano em destaque

Autoria: Madian de Jesus Frazão Pereira

Com a perspectiva de uma antropolítica do mar, discorro sobre a pesquisa de pós-doutorado que desenvolvi, tendo como referência os contextos brasileiro e cabo-verdiano no que concernem a aspectos sobre a disputa por recursos marinhos e uma espoliadora indústria pesqueira que coloca em debate a governança dos oceanos, tornando cada vez mais vulnerável o universo de pescadores e pescadoras artesanais. No arquipélago cabo-verdiano, assiste-se ao incentivo de processos de desenvolvimento ligados à pesca industrial estrangeira, sobretudo através de acordos de pesca com a União Europeia, como fator agravante de conflitos. No caso brasileiro, há diversos conflitos socioambientais que envolvem as comunidades pesqueiras, impactadas pelo avanço da aquicultura empresarial, pelo turismo predatório e por grandes projetos, sendo a maioria voltada para atividades de mineração. Interessa destacar no presente work o contexto cabo-verdiano em que, através da pesquisa de campo, os pescadores artesanais têm apontado tensões decorrentes da relação desigual no setor da pesca. Arelado a um discurso desenvolvimentista, mas com insuficientes recursos financeiros, o governo cabo-verdiano tem sido levado a recorrer a apoios da cooperação internacional e tem celebrado acordos de pesca. Por essa via, o Parlamento Europeu aprovou em 2015 novos protocolos com Cabo Verde, com validade de quatro anos, permitindo que 71 navios de Espanha, França e Portugal pesquem atum e outras espécies afins no território marinho cabo-verdiano. Enquanto os pescadores artesanais em seus pequenos botes não podem ultrapassar 3 milhas da costa, por medidas de segurança impostas pela regulamentação da pesca artesanal, as embarcações industriais, grandes atuneiros, que deveriam ficar 12 milhas afastadas da costa, têm avançado cada vez mais, segundo relatos dos pescadores artesanais, e causado grande impacto negativo na pesca artesanal. Os pescadores artesanais têm apontado tensões decorrentes da relação desigual no setor da pesca, e que tem obrigado muito deles a ingressar na pesca semi-industrial ou industrial, quando possível, ou a migrar para outros países e para outras áreas de work ingressando, sobremaneira, como operários na construção civil, em busca de melhores condições de vida não só individualmente, mas para a sua rede familiar, cujos membros que permanecem em



Cabo Verde muitas vezes dependem das remessas de recursos daqueles que migraram. Como desafio analítico é instigante perceber o alcance de como projetos e políticas denominadas de desenvolvimento, executados nos países do Sul singularizados por um vasto litoral, desencadeiam conflitos com pescadores artesanais e ao mesmo tempo promovem resistências e reações de forma organizada desses grupos.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

